

5. EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIREDO – 2ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA AO CONTRATO”.

Propõe-se a **autorização** pelo Executivo Municipal para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de **92.397,94€ + IVA**, supressão de trabalhos no valor de **93.216,34€ + IVA**, aprovação da prorrogação do prazo por 45 dias e da minuta do aditamento ao contrato, da empreitada mencionada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

CPE.27.20.DMOSM – “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIREDO”**MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO DA EMPREITADA****2º adicional ao contrato da empreitada****I. ENQUADRAMENTO**

Por decisão do Presidente da Câmara, de 29 de outubro de 2020, ratificada em 3 de novembro de 2020, por deliberação da Câmara Municipal, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por Concurso Público: **CPE.27.20.DMOSM**, tendo por objeto a **“REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIREDO”** ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, na redação dada pelo **Decreto-Lei n.º 111-B de 31 de Agosto**.

Por deliberação da Câmara Municipal, de 26 de julho de 2021, o dono de obra adjudicou ao empreiteiro ARLO, S.A., pelo valor de **1.756.622,00€ (um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil, seiscientos e vinte e dois euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor a obra objeto do referenciado procedimento.

O contrato de empreitada foi celebrado em 04/11/2021.

Prazo de execução contratual: 365 dias.

Data da consignação: 08/02/2022.

Data de aprovação do PSS: 08/02/2022.

Data prevista de conclusão da obra: 10.03.2023.

Prazo de execução 1º Adicional: 30 dias

Prazo de execução 2º Adicional (proposto): 45 dias

Termo da execução da obra previsto (incluindo prazo do 2º Adicional): 24/04/2023

II. TRABALHOS COMPLEMENTARES

Nos termos do n.º 1 do artigo 370.º do CCP, **são trabalhos complementares aquela cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato.**

Segue a listagem dos trabalhos complementares:

Art.º	Designação	UN.	Q. Previstas	P. Unitários	Valor
A	OMISSÕES (Reclamação efetuada fora do prazo enquadrável no n.º 3 do Artigo 378.º) - considerado metade do valor destes artigos				
1	Pavimentos interiores				
1.1	Fornecimento e aplicação de betonilha de regularização, com uma densidade de 200kg/m3 de cimento e adição de fibras de polipropileno sempre que necessário, em pavimentos interiores para posterior aplicação de pavimento vinílicos ou cerâmicos em pavimentos com enchimentos superiores a 20mm. Incluindo execução, transporte, espalhamento, nivelamento e atalochamento das argamassas necessárias, previa limpeza das superfícies e todos os trabalhos necessários. <u>Considerado metade do valor (19,48€/m2)</u>	m²	170,43	9,74 €	1 659,99 €
B	Trabalhos de natureza imprevisível				
2	Pavimentos interiores				
2.1	Fornecimento e aplicação de betonilha de regularização, com uma densidade de 200kg/m3 de cimento e adição de fibras de polipropileno sempre que necessário, em pavimentos interiores para posterior aplicação de pavimento vinílicos ou cerâmicos em pavimentos com enchimentos superiores a 20mm. Incluindo execução, transporte, espalhamento, nivelamento e atalochamento das argamassas necessárias, previa limpeza das superfícies e todos os trabalhos necessários.	m²	436,05	19,48 €	8 494,25 €
2.2	Fornecimento e aplicação de argamassa de regularização, com baixa retração, numa espessura máxima ate 20mm, incluindo primário de promoção de aderência, para posterior aplicação de pavimentos vinílicos. Incluindo a amassadura da argamassa, espalhamento, nivelamento e todos os trabalhos necessários.	m²	838,22	31,71 €	26 579,96 €
2.3	Fornecimento e aplicação de vinílico em rolo da GERFLOR, rolo com acabamento tipo "betão" – Gerflor 0522 East Village, com 2mm de espessura, incluindo primario de promoção de aderência, sobre base previamente realizada, aplicação e espalhamento de cola apropriada e execução de juntas electrosoldadas em cor proxima do pavimento, cortes necessários de forma a dar pleno cumprimento a estereotomia descrita nas peças desenhadas do projecto e todos os trabalhos, equipamentos e ferramentas necessários.	m²	812,90	26,26 €	21 346,75 €
2.4	Fornecimento e aplicação de vinílico em regua da GERFLOR, serie Creation 70, referencia 0577, com 2,5mm de espessura, incluindo primario de promoção de aderência sobre base previamente realizada, aplicação e espalhamento de cola apropriada, cortes necessários de forma a dar pleno cumprimento a estereotomia descrita nas peças desenhadas do projecto e todos os trabalhos, equipamentos e ferramentas necessários.	m²	481,50	44,92 €	21 628,98 €
2.5	Fornecimento e aplicação de camada de impermeabilização através de revestimento à prova de humidade de dois componentes, sem água, com emissões muito baixas e inodoro do, do tipo euroblock 021 com cargas silicas. Incluindo limpeza previa da superficie, espalhamento e nivelamento do impermeabilizante, medição previa da humidade existente na base e todos os trabalhos e fornecimentos necessários.	m²	880,50	14,41 €	12 688,01 €
TOTAIS					92 397,94 €

Adiante elencam-se os fundamentos para a presente proposta de Modificação Objetiva ao Contrato.

Com vista a cumprir com o pé direito mínimo no edifício existente foi necessário alterar os pavimentos preconizados em projeto por uma solução que fosse materializada na menor espessura possível – desta forma optou-se por uma solução mista de vinil em rolo e vinil em régua – garantindo-se assim um acabamento muito similar ao projetado (madeira e betão) - mas com um ganho efetivo ao nível da espessura necessária para a sua aplicação.

A necessidade desta alteração resulta de circunstâncias imprevisíveis tendo em conta que só após a demolição dos pavimentos se constatou que os pavimento existentes estavam aplicados praticamente sobre a lâmina de compressão das lajes aligeiradas não permitindo, por isso, que se ganhasse cota com a demolição do enchimento das lajes. Assim sendo, ficava inviabilizada a aplicação dos pavimentos preconizados em projeto pelo facto de necessitarem de muita espessura o que teriam implicações com o pé direito mínimo para edifícios deste tipo.

Após os trabalhos de demolição constatou-se que, para além dos desníveis notórios existentes entre compartimentos que tinham paredes divisórias a fazer a separação de espaços, havia zonas onde a base de assentamento apresentava uma qualidade inferior ao que seria necessário para garantir que o novo pavimento aplicado não teria problemas ao longo do seu período de vida útil, sendo, por isso mesmo, necessário efetuar enchimentos com betonilha ou autonivelante (conforme as espessuras necessárias) de forma a regularizar e conferir resistência à base de aplicação do pavimento.

A necessidade destas alterações ficou registada em atas de reunião e foram determinadas em conjunto com o projetista.

1.1. – Aplicação de betonilha de enchimento sobre lajes de piso térreo executadas em zonas de ampliação do edifício

Da necessidade de proceder à regularização/enchimento para posteriormente aplicar pavimento, há áreas em que não se pode considerar este trabalho como tendo natureza imprevisível tendo em conta que são respeitantes a zonas de ampliação em que se executou laje térrea e em que, portanto, seria sempre inevitável fazer a regularização do enchimento com uma betonilha para depois aplicar o pavimento. Nos desenhos do projeto está prevista a execução de regularização com betonilha destas novas lajes térreas apesar destes trabalhos não constarem na lista de trabalhos do concurso.

O empreiteiro fez esta reclamação fora do prazo de 60 dias contados da data da consignação. Assim sendo, tal como consta no número 3 do artigo 378.º do CCP na sua redação dada pelo **Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto, fica o empreiteiro responsável por suportar metade deste valor.** Estes trabalhos complementares resultantes de **circunstâncias não previstas**, não podem ser técnica e economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra, enquadráveis no n.º 2 do artigo 370º do CCP. O valor para este trabalho, não sendo contratual, foi acordado após o processo de apresentação pelo empreiteiro e a respetiva análise e discussão pela fiscalização.

2.1. – Aplicação de betonilha de regularização para espessuras superiores a 20mm.

Para efetuar a regularização de cotas em pavimentos de zonas em que haverá a necessidade de aplicar espessuras superiores a 20mm de material será necessário utilizar um enchimento em betonilha com adição de fibras tendo em conta que é uma opção mais económica que a utilização de autonivelante. A aplicação desta regularização servirá para corrigir empenos e diferenças de cotas entre divisões. Assim sendo, tal como consta no número 5 do artigo 378.º do CCP na redação dada pelo **Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto**, o empreiteiro identificou este trabalho complementar dentro do prazo previsto. O valor para este trabalho, não sendo contratual, foi acordado após o processo de apresentação pelo empreiteiro e a respetiva análise e discussão pela fiscalização. Estes trabalhos complementares resultantes de **circunstâncias imprevisíveis** não podem ser técnica e economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra, enquadráveis no n.º 2 do artigo 370º do CCP.

2.2. – Aplicação de argamassa de regularização para espessuras inferiores a 20mm.

Para efetuar a regularização de cotas em pavimentos de zonas em que haverá a necessidade de aplicar espessuras até 20mm de material o enchimento/regularização do pavimento terá que ser feito por intermédio de uma argamassa autonivelante. Para este tipo de espessuras a aplicação de betonilha, ainda que enriquecida com fibras, não garante a resistência necessária para a aplicação do pavimento. A aplicação desta regularização servirá para corrigir empenos e pequenas diferenças de cotas entre divisões. Assim sendo, tal como consta no número 5 do artigo 378.º do CCP na redação dada pelo **Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto**, o empreiteiro identificou este trabalho complementar dentro do prazo previsto. O valor para este trabalho, não sendo contratual, foi acordado após o processo de apresentação pelo empreiteiro e a respetiva análise e discussão pela fiscalização. Estes trabalhos complementares resultantes de **circunstâncias imprevisíveis** não podem ser técnica e economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra, enquadráveis no n.º 2 do artigo 370º do CCP.

2.3. – Aplicação de pavimento em rolo vinílico com acabamento tipo betão.

Este pavimento em rolo será aplicado nas zonas onde inicialmente estava preconizado aplicar o pavimento em betão. Assim sendo, tal como consta no número 5 do artigo 378.º do CCP na redação dada pelo **Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto**, o empreiteiro identificou este trabalho complementar dentro do prazo previsto. O valor para este trabalho, não sendo contratual, foi acordado após o processo de apresentação pelo empreiteiro e a respetiva análise e discussão pela fiscalização. Estes trabalhos complementares resultantes de **circunstâncias**

imprevisíveis não podem ser técnica e economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra, enquadráveis no n.º 2 do artigo 370º do CCP.

2.4. – Aplicação de pavimento vinílico em régua com acabamento tipo madeira.

Este pavimento em régua será aplicado nas zonas onde inicialmente estava preconizado aplicar o pavimento em madeira. Assim sendo, tal como consta no número 5 do artigo 378.º do CCP na redação dada pelo **Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto**, o empreiteiro identificou este trabalho complementar dentro do prazo previsto. O valor para este trabalho, não sendo contratual, foi acordado após o processo de apresentação pelo empreiteiro e a respetiva análise e discussão pela fiscalização. Estes trabalhos complementares resultantes de **circunstâncias imprevisíveis** não podem ser técnica e economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra, enquadráveis no n.º 2 do artigo 370º do CCP.

2.5. – Aplicação de impermeabilização em pavimentos do rés-do-chão para aplicação de pavimentos em vinílico.

Para evitar problemas relacionados com humidades no piso térreo do edifício é imperativo impermeabilizar o pavimento com um produto do tipo cimentício com armação em rede de fibra de vidro. Desta forma salvaguarda-se a vida útil do pavimento em vinílico e impede-se a entrada de água por capilaridade. Assim sendo, tal como consta no número 5 do artigo 378.º do CCP na redação dada pelo **Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto**, o empreiteiro identificou este trabalho complementar dentro do prazo previsto. O valor para este trabalho, não sendo contratual, foi acordado após o processo de apresentação pelo empreiteiro e a respetiva análise e discussão pela fiscalização. Estes trabalhos complementares resultantes de **circunstâncias imprevisíveis** não podem ser técnica e economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra, enquadráveis no n.º 2 do artigo 370º do CCP.

Nestes termos, verifica-se que os Trabalhos Complementares acima mencionados, no total de **92.397,94€ + IVA** são divididos nos valores de **1.659,99€** e **90.737,95€** sendo devidos a **circunstâncias não previstas** e **circunstâncias imprevisíveis**, respetivamente.

Assim sendo, o preço dos trabalhos complementares atrás referidos, incluindo o da Modificação Objetiva do Contrato anterior (**MOC 01**) totaliza o valor de **64.705,40€** no caso de **trabalhos não previstos** o que corresponde **3,68%** do valor contratual inicial e por isso inferior ao limite de 10% do preço contratual inicial e o valor de **90.737,95€** no caso de **trabalhos de natureza imprevisível**, o que corresponde a **5,17%** do valor contratual inicial, valor inferior aos 40% do preço contratual.

III. SUPRESSÃO DE TRABALHOS

Considerando as alterações propostas, pretende-se nos termos do artigo 379º do CCP, emitir ordem de **supressão** de alguns trabalhos que constam da tabela seguinte dos trabalhos suprimidos, no montante total de **93.216,34€**.

Art.º	Designação	UN.	Quant.	P. Unitários	Valor
8	REVESTIMENTO DOS PAVIMENTOS				
8.1	Execução de revestimento dos pavimentos interiores (PAV1) em madeira ao cutelo abcut misto claro (várias espécies de madeira com o mesmo tom): a madeira levará um tapa poros aquoso + verniz, tipo "robialac ref.020-0040 e verlac, serie 091"; a separação dos materiais (madeira/betão) deverá ser feita através de um perfil de transição em "I", de alumínio (4mm de esp.) + junta de dilatação de cortiça (5mm de espessura), conforme projecto, incluindo preparação prévia de superfícies, tela de impermeabilização, isolamento térmico refletivo (5mm de esp.), tipo ou equiv."plakabubble plus" e demais trabalhos e acessórios necessários.	m²	480,13	67,59 €	32 451,99 €
8.2	Execução de revestimento dos pavimentos interiores (PAV2) em betão polido tipo ou equiv. "secil - primário de aderência seciltek ad 04; seciltek betão cinza (4cm no mínimo), tipo ou equivalente unidecor - betão decorativo com acabamento polido: endurecedor de superfície + helicóptero; protetor de superfície seciltek ad 40"; a separação dos materiais (madeira/betão) deverá ser feita através de um perfil de transição em "I", de alumínio (4mm de esp.), conforme projecto, incluindo preparação prévia de superfícies, tela de impermeabilização tipo ou equiv. "Impersep 150 + Plyster 40" e isolamento térmico refletivo (5mm de esp.), tipo ou equiv."plakabubble plus" e demais trabalhos e acessórios necessários.	m²	843,56	48,01 €	40 499,32 €
27	CONTENTORES PROVISÓRIOS				
27.1.1.9	Execução de rampas em chapa de ferro com 3mm de espessura, acabamento do tipo Xadrez e corrimão em estrutura metálica (tubular Ø40, secção circular), incluindo metalização, estrutura de apoio e demais trabalhos necessários.	m²	44,42	80,70 €	3 584,69 €
27.1.1.10	Execução de escadas em chapa de ferro com 3mm de espessura, acabamento do tipo Xadrez, incluindo metalização, estrutura de apoio e demais trabalhos necessários.				
27.1.1.10.1	(Medição em Projecção Horizontal)	m²	2,50	80,70 €	201,75 €
27.1.1.17	Colocação de pavimento desportivo para exterior, módulos de 25x25cm em polipropileno de alto impacto (formula própria) do tipo ou equivalente " Sports Partner " Naxos Air Evolution"" Ral 5012, conforme projecto, fornecimento de todos os materiais e trabalhos necessários a uma boa execução da obra.	m²	367,00	25,18 €	9 241,06 €
	MOC 01				
4	COBERTURAS, IMPERMEABILIZAÇÕES E ISOLAMENTOS				
4.7	Fornecimento e colocação de painel sandwich (C2), tipo ou equiv. " da painel 2000-pc 1100 de 60mm de espessura, com tapa juntas e chapa perfilada com espessura de poliuretano, cor exterior branca, perfil z 120x50x19mm, espaçado em 2m, pingadeira em zinco nº12, todos os trabalhos, acessórios e materiais necessários.	m2	177,00	40,89 €	7 237,53 €
TOTAIS					93 216,34 €

Os trabalhos suprimidos resultam, para além das alterações ao nível dos pavimentos do edifício, pelo facto do pavimento no local onde estão colocadas as instalações provisórias estar em bom estado, não sendo necessário colocar o piso desportivo inicialmente preconizado na zona do recreio das instalações temporárias. A cobertura do antigo edifício do JI também não precisará de ser trocada na sua totalidade tendo em conta que se encontra em boas condições.

Este valor de **93.216,34€** corresponde a **5,31 %** do valor contratual da empreitada, sem prejuízo do disposto no artigo 381º do mesmo diploma legal.

Segue em anexo a proposta da Entidade Executante.

Na tabela seguinte apresenta-se um resumo das modificações objetivas deste contrato (MOC):

	Trabalhos Complementares		Supressão de trabalhos
	Circunstâncias não previstas	Circunstâncias imprevisíveis	
MOC 01	63.045,41€ (3,59%)	-	-
MOC 02	1.659,99€ (0,09%)	90.737,95€ (5,17%)	93.216,34€ (5,31%)
Totais	64.705,40€ (3,68%)	90.737,95€ (5,17%)	93.216,34€ (5,31%)

IV - PROPOSTA

Nestes termos propõe-se a autorização, pela Câmara Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de **92.397,94€ + IVA** e a aprovação da supressão de trabalhos no valor **93.216,34€ + IVA**.

Em conformidade com as alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 373º, e para o cumprimento dos trabalhos constantes nesta Modificação Objetiva de Contrato, entende-se haver motivo para a prorrogação do prazo da empreitada por um período de **45 dias**, prevendo-se a sua conclusão para 24/04/2023.

Com vista à autorização destes trabalhos, deve proceder-se ao registo do **cabimento prévio e respetivo compromisso**, relativo ao encargo total de **92.397,94€** acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

De acordo com o artigo 94º do CCP, é exigido que este contrato adicional seja reduzido a escrito, pelo que deverá ser solicitada a elaboração da minuta do mesmo.

Braga, 08 de Fevereiro de 2023

O gestor do contrato

O coordenador do projeto

MINUTA / 2.ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA**CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.27.20.DMOSM****“REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIREDO”**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representada por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: ARLO, S.A, com sede no Parque Industrial de Celeirós, 2.ª Fase, lugar da Talharinha, União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, concelho de Braga, 4705-670 Vimieiro Braga, pessoa coletiva n.º 507754573, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o mesmo número, com o capital social de € 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil euros), aqui representada por **Cândida Agostinha de Deus Teixeira de Freitas**, na qualidade de administrador único, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente com o código de acesso:....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Em 4 de novembro de 2021, pelos outorgantes, foi celebrado o Contrato de Empreitada n.º CPE.27.20.DMOSM, respeitante à execução da obra de **“REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIREDO”**, na sequência do procedimento por Concurso Público: CPE.27.20.DMOSM, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do *Código dos Contratos Públicos*, adjudicada por deliberação da Câmara Municipal, de 26 de julho de 2021, pelo preço contratual de € 1.756.622,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e vinte e dois euros), e com o prazo de execução de 365 dias, visado pelo Tribunal de Contas, em 21/12/2021 – Processo n.º 2257/2021;
- b) Relativamente à referida obra, por deliberação da Câmara Municipal, de....., foi autorizada e aprovada a execução de *trabalhos complementares*, a *supressão de trabalhos* e a *prorrogação do prazo de execução da empreitada*, bem como aprovada a *minuta* da presente

modificação objetiva ao referido contrato, nos termos e condições constantes dos artigos seguintes:_____

- c) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa resultante desta modificação ao contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07010305, de acordo com a informação de cabimento n.º 76969 e a informação de compromisso n.º 94826, ambas de 10/02/2023 e corrigidas em 13/02/2023._____

_____É celebrada a presente modificação objetiva ao contrato de empreitada, ao abrigo do disposto no artigo 375.º do *Código dos Contratos Públicos*, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º

_____Os *trabalhos complementares* aditados por este meio ao objeto do contrato de empreitada identificado no considerando a), nos termos do artigo 370.º do *Código dos Contratos Públicos*, compreendem a execução dos trabalhos a que se refere a informação do gestor do contrato, de 08/02/2023 e documentos anexos, e que dele fazem parte integrante para todos os efeitos legais e contratuais._____

Artigo 2.º

_____Pela execução dos *trabalhos complementares* o empreiteiro será retribuído com o preço de **€ 92.397,94 (noventa e dois mil, trezentos e noventa e sete euros e noventa e quatro cêntimos)**, a que acresce o IVA, de acordo com a referida informação que inclui o mapa de quantidades, onde constam os preços unitários._____

Artigo 3.º

_____Nesta empreitada há *supressão de trabalhos*, nos termos do artigo 379.º do *Código dos Contratos Públicos*, no valor de **€ 93.216,34 (noventa e três mil, duzentos e dezasseis euros e trinta e quatro cêntimos)**, de acordo com a dita informação que inclui o mapa de quantidades, onde constam os preços unitários._____

Artigo 4.º

_____1. Para garantia da celebração da presente modificação objetiva ao contrato, bem como do exato e pontual cumprimento dos trabalhos aditados por este meio, o empreiteiro prestou uma caução, no montante de € (.....), mediante....., emitida pelo.....em....., correspondente a 5% do valor dos referidos trabalhos complementares, arquivada no respetivo processo._____

_____2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% no pagamento a efetuar, nos termos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos públicos*._____

Artigo 5.º

_____O prazo de execução da empreitada é prorrogado, por um período de **45 dias**, conforme consta da informação do gestor do contrato._____

Artigo 6.º

_____Salvo o disposto em contrário na presente modificação ao contrato, tudo o mais se regerá pelo disposto no título contratual e pelos documentos que integram o âmbito da sua disciplina, mantendo-se inalterados os respetivos pressupostos._____

Artigo 7.º

_____A presente modificação ao contrato de empreitada entra em vigor na data da sua assinatura, sem prejuízo da sua fiscalização concomitante pelo Tribunal de Contas, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 47.º, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas._____

_____Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lida e achada conforme, vão eles assinar digitalmente a presente modificação ao contrato de empreitada, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura._____

Pelo Dono da Obra,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,

(Cândida Agostinha de Deus Teixeira de Freitas)